

Termo de Referência 63/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
63/2024	989167-PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE - MT	ALBERTO ALVES NAZARIO JUNIOR	05/07/2024 13:35 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	13/2024	979725/2024

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aduelas e tubos de concreto para dispositivo de drenagem objetivando atender às necessidades provenientes do Município de Várzea Grande - MT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO TCE	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u> Aduela de concreto armado 1,50 x 1,50, com comprimento de 1M.	00036285	603993	Unidade Código: 1	38	R\$ 2.531,92	R\$ 96.212,96
2	<u>Cota Reservada à Participação de ME /EPP</u> Aduela de concreto armado 1,50 x 1,50, com comprimento de 1M.	00036285	603993	Unidade Código: 1	12	R\$ 2.531,92	R\$ 30.383,04

3	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u>						
	Aduela de concreto armado 2,00 x 2,00, com comprimento de 1M.	00029873	603993	Unidade Código: 1	38	R\$ 3.409,33	R\$ 129.554,54
4	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u>						
	Aduela de concreto armado 2,00 x 2,00, com comprimento de 1M.	00029873	603993	Unidade Código: 1	12	R\$ 3.409,33	R\$ 40.911,96
5	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u>						
	Aduela de concreto armado 2,50 x 2,50, com comprimento de 1M.	00029874	603993	Unidade Código: 1	23	R\$ 5.062,01	R\$ 116.426,23
6	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u>						
	Aduela de concreto armado 2,50 x 2,50, com comprimento de 1M.	00029874	603993	Unidade Código: 1	7	R\$ 5.062,01	R\$ 35.434,07
7	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u>						
	Tubo concreto armado, DN 600 mm, com comprimento de 1M.	0002905	216365	Unidade Código: 1	750	R\$ 182,24	R\$ 136.680,00
	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u>						
				Unidade			

8	Tubo concreto armado, DN 600 mm, com comprimento de 1M.	0002905	216365	Código: 1	250	R\$ 182,24	R\$ 45.560,00
9	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u> Tubo de concreto armado duplo, DN 1200 mm, com comprimento de 1M.	0005380	447694	Unidade Código: 1	113	R\$ 824,90	RR\$ 93.213,70
10	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u> Tubo de concreto armado duplo, DN 1200 mm, com comprimento de 1M.	0005380	447694	Unidade Código: 1	37	R\$ 824,90	R\$ 30.521,30
11	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u> Tubo de concreto armado duplo, DN 1500 mm, com comprimento de 1M.	0005366	447693	Unidade Código: 1	113	R\$ 1.210,93	R\$ 136.835,09
12	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u> Tubo de concreto armado duplo, DN 1500 mm, com comprimento de 1M.	0005366	447693	Unidade Código: 1	37	R\$ 1.210,93	R\$ 44.804,41
13	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u> Tubo de concreto armado, DN 1000 mm, com comprimento de 1M.	00016005	216368	Unidade Código: 1	225	R\$ 508,73	R\$ 114.464,25

14	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u> Tubo de concreto armado, DN 1000 mm, com comprimento de 1M.	00016005	216368	Unidade Código: 1	75	R\$ 508,73	R\$ 38.154,75
15	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u> Tubo de concreto armado, DN 1200 mm, com comprimento de 1M.	0005365	478069	Unidade Código: 1	150	R\$ 780,68	R\$ 117.102,00
16	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u> Tubo de concreto armado, DN 1200 mm, com comprimento de 1M.	0005365	478069	Unidade Código: 1	50	R\$ 780,68	R\$ 39.034,00
17	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u> Tubo de concreto armado, DN 400 mm, com comprimento de 1M.	0005363	216363	Unidade Código: 1	750	R\$ 123,03	R\$ 92.272,50
18	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u> Tubo de concreto armado, DN 400 mm, com comprimento de 1M.	0005363	216363	Unidade Código: 1	250	R\$ 123,03	R\$ 30.757,50
	<u>Cota Principal com Ampla Concorrência</u>						

19	Tubo de concreto armado, DN 800 mm, com comprimento de 1M.	0002906	216377	Unidade Código: 1	375	R\$ 280,50	R\$ 105.187,50
20	<u>Cota Reservada à Participação de ME/EPP</u> Tubo de concreto armado, DN 800 mm, com comprimento de 1M.	0002906	216377	Unidade Código: 1	125	R\$ 280,50	R\$ 35.062,50
21	<u>Exclusivo à Participação de ME/EPP</u> Tubo de concreto simples poroso, macho/fêmea, DN 200 mm, com comprimento de 1M.	00014931	478058	Unidade Código: 1	200	R\$ 42,69	R\$ 8.538,00

1.2. Em virtude da dificuldade de indicar o código CATMAT com as especificações exatas para cada item, as especificações que deverão ser consideradas para efeito de formulação das propostas são aquelas indicadas no Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 25 do Decreto Municipal 81/2023.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano contados da sua assinatura, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.6. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 41/2024, anexado nos autos do processo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 03507548000110-0-000001/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/04/2024;
- III) Id do item no PCA: 48;
- IV) Classe/Grupo: 5630 - TUBOS E CONDUTOS, NÃO METÁLICOS, PARA CONSTRUÇÃO;
- V) Identificador da Futura Contratação: 989167-13/2024.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade:

4.1. Devem atender aos requisitos baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Esses requisitos são fundamentais para assegurar que as contratações realizadas pelo setor público estejam alinhadas com os princípios de desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental. Eles incluem:

4.1.2 Redução do Impacto Ambiental: As contratações devem promover a redução do impacto ambiental ao longo de todo o ciclo de vida do produto ou serviço, desde a extração de matérias-primas até a disposição final.

4.1.3 Eficiência Energética: Os produtos e serviços adquiridos devem demonstrar eficiência no uso de energia, contribuindo para a diminuição do consumo e para a preservação dos recursos naturais.

4.1.4 Uso de Materiais Sustentáveis: Deve-se priorizar materiais reciclados, recicláveis, renováveis ou provenientes de fontes sustentáveis, incentivando a economia circular.

4.1.5 Gestão de Resíduos: As contratações devem incluir práticas de gestão de resíduos que promovam a reciclagem e a redução de resíduos gerados.

4.1.6 Inclusão Social: Os processos de contratação devem fomentar a inclusão social, garantindo que a produção não envolva trabalho infantil ou forçado e promova condições de trabalho dignas.

4.1.7 Desenvolvimento Econômico: As contratações devem contribuir para o desenvolvimento econômico local, preferencialmente utilizando mão de obra e recursos da região onde será implementado.

4.1.8 Transparência e Rastreabilidade: É essencial assegurar a transparência na cadeia de fornecimento e a rastreabilidade dos insumos utilizados.

4.1.9 Inovação e Qualidade: As contratações devem estimular a inovação e garantir a qualidade dos produtos e serviços, assegurando que atendam ou superem os padrões de desempenho estabelecidos.

4.1.10 Compliance Legal: Todos os produtos e serviços adquiridos devem estar em conformidade com as legislações aplicáveis, incluindo normas ambientais, sociais e de segurança.

4.1.11 Esses requisitos são parte integrante do processo de contratação e devem ser considerados em todas as fases, desde o planejamento até a execução contratual e a gestão ambiental adequada dos resíduos.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

5.1.2. A entrega será realizada de forma parcelada conforme as ordens de fornecimento enviadas pela contratante.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Secretaria de Viação e Obras no Paço Municipal Couto Magalhães na Avenida Castelo Branco, Número 2.500, Várzea Grande, Mato Grosso, Brasil, CEP 78.125-700.

5.1.5. Os custos de frete e entrega correrão por conta do fornecedor.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) (Decreto nº 081, de 2023, art. 14)

6.7. Preposto

6.7.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8. Fiscalização (Art. 156, 157 e 158 do Decreto Municipal nº 081, de 2023)

6.8.1. As atividades de fiscalização da execução dos contratos compreendem um conjunto de ações que objetivam:

6.8.1.1. aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela administração para os serviços contratados;

6.8.1.2. verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;

6.8.1.3. prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos ou gestor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento; e

6.8.1.4. encaminhar ao setor de contratos ou gestor de contratos soluções e sugestões com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto do contrato.

6.8.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor.

6.8.3. A Controladoria-Geral do município e o público usuário poderão sempre informar o fiscal sobre eventual irregularidade e auxiliá-lo na atividade de fiscalização.

6.8.4. Entre outras atribuições, compete ao fiscal de contrato e seu substituto:

6.8.4.1. acesso aos autos do contrato e da licitação que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;

6.8.4.2. informar à autoridade superior, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.8.4.3. solicitar ao contratado os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;

6.8.4.4. informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;

6.8.4.5. elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo; e

6.8.4.6. receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

6.9. Em cumprimento ao dever de fiscalização contratual, caberá ao fiscal do contrato verificar periodicamente, de acordo com a natureza do objeto do contrato, a

manutenção de todas as condições de habilitação, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do edital, devendo requerer do contratado as certidões necessárias para tanto em períodos não superiores a 3 (três) meses.

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Designação das funções:

6.11. Atuarão como fiscal do presente contrato os seguintes servidores:

6.11.1 Fiscal do Contrato: Adriano Ruthecoski Lopes, Matrícula nº 142117 lotado na Secretaria de Viação e Obras.

6.11.2 Fiscal substituto: Italo Rhuan Martins Anzil Andrade, matrícula nº 164779 lotado na Secretaria de Viação e Obras.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Recebimento

7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

7.1.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada

7.1.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. o prazo de validade;

7.2.2.2. a data da emissão;

7.2.2.3. os dados do contrato/autorização de fornecimento e do órgão contratante;

7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5. o valor a pagar;

7.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.2.7. a descrição do Objeto;

7.2.2.8. os dados bancários, com: nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, sendo documentação mencionada no art. 168 do Decreto Municipal nº 81/2023.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, CGU e CEIS para identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (inciso I do art. 123 do Decreto Municipal nº 81/2023).

7.2.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Art. 164 do Decreto nº 81/2023.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3. Exigências de habilitação

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Habilitação jurídica

8.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante da empresa licitante e do procurador, se houver; Art. 91, inciso II, do Decreto n.º 81/2023.

8.4.2. Procuração válida, se for o caso; Art. 92, inciso III, do Decreto n.º 81/2023.

8.4.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da

unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Art. 91, inciso IV, do Decreto n.º 81/2023.

8.4.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.4.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4.11. Registro oficial ou autorização para funcionamento, emitida pela entidade reguladora pertinente, quando a legislação aplicável à atividade em questão assim determina nos termos do art. 91, inciso V, do Decreto 081/2023.

8.4.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; Art. 92, inciso I, do Decreto n.º 81/2023.

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. Art. 92, inciso II, do Decreto n.º 81/2023.

8.5.3. Prova de regularidade fiscal perante o Estado do domicílio ou sede do fornecedor, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa; Art. 92, inciso III, do Decreto n.º 81/2023.

8.23. Prova de regularidade fiscal perante o Município do domicílio ou sede do fornecedor, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa; Art. 92, inciso IV, do Decreto n.º 81/2023.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), dispensada para pessoas físicas; Art. 92, inciso VI, do Decreto n.º 81/2023.

8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; Art. 92, inciso VII, do Decreto n.º 81/2023.

8.26. Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública através de certidão negativa correccional da CGU que inclua consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; Art. 92, inciso VIII, do Decreto n.º 81/2023.

8.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II; Art. 93, inciso I, do Decreto n.º 81/2023.

8.6.1.1. A certidão, se não contiver indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

8.6.2. Caso a certidão, seja emitida na forma positiva para recuperação judicial, a licitante poderá apresentar, em substituição, decisão judicial que garanta sua participação mesmo que em processo de recuperação.

8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.8. Participação de Cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.1.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.1.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.8.1.3. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.9. Participação de consórcios, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.9.1. É admitida a participação de consórcios, na forma do art. 15, caput, da Lei n.º 14.133/2021,

8.9.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

8.9.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

8.9.2. É admitida, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.9.3. É vedado a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

8.9.4. Todos os integrantes, possuem responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.9.5. A habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no do art. 15, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.10. Disputa exclusiva entre microempresas e empresas de pequeno porte

8.10.1. Tendo em vista que o valor estimado da aquisição é superior a 80 mil reais, porém se trata de contratação de objeto divisível, será aplicado o art. 48, III da LC 123 /06 para fracionar o objeto licitatório e reservar itens à disputa exclusiva entre micro e pequenas empresas, conforme tabela acima. (Art. 57 do Decreto Municipal nº 81/2023).

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.517.110,30

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.517.110,30 (Um milhão, quinhentos e dezessete mil, cento e dez reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 118, III, alínea c, do Decreto Municipal nº 81/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Várzea Grande - MT.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Projeto/Atividade: 2292 e 2243;

10.2.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.30;

10.2.4. Fonte de Recursos: 01500 (próprio) e 01759 (FETHAB - Estadual);

11. OBRIGAÇÕES

11.1. OBRIGAÇÕES (Art. 23, inciso XIV, Decreto nº 81/2023)

11.1.1. As obrigações das partes (direitos e responsabilidades), relativas aos serviços objeto desta licitação estarão dispostas em Contrato, elaborado em consonância com este Termo, ao Edital de licitação e seu(s) anexo(s), e em legislação pertinente.

11.1.2. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o bem.

11.2. Obrigações do contratante (art. 92, X, XI e XIV)

11.2.1. São obrigações do Contratante:

11.2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.2.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.2.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações

pelo Contratado;

11.2.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

11.2.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

11.2.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.2.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.2.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. (art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133)

11.2.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

11.2.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.2.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.3. Obrigações do contratado (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.3.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.3.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.3.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal os documentos exigidos para fins de pagamento.

11.3.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.3.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.3.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.3.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.3.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.3.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.3.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.3.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.3.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.3.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação da proposta; (Art. 132, II, Decreto Municipal nº 81/2023)

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. (Art. 131, parágrafo único, Decreto nº 81/2023)

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. (Art. 132, inciso V, Decreto nº 81/2023)

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.9. É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

12.10. Fica vedada a concessão de reajuste sobre parcelas já executadas anteriormente ao requerimento e, ainda, quando a variação de preço decorreu de descumprimento do cronograma por atraso imputável à contratada.

12.11. O reajuste contratual terá efeito retroativo à data do interstício de um ano previsto no item anterior, desde que o contratado faça seu pedido no prazo de até 30 (trinta) dias daquele termo.

12.11.1. A realização de requerimento após 30 dias não implica em renúncia ao reajuste, mas afasta o efeito retroativo, de modo que só serão reajustadas as parcelas executadas após o requerimento.

12.12. A prorrogação do contrato sem requerimento de reajuste ou sem a ressalva de sua futura concessão implica na renúncia à concessão de reajuste futuro em relação a interstícios já decorridos.

12.13. Os procedimentos para realização dos reajustes deverão obedecer aos critérios do Decreto nº 81/2023 e Lei nº 14.133/2021.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, nos termos do Art. 174 do Decreto nº 81, de 2023:

- i) Advertência, será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave. (Art. 176 do Decreto nº 81, de 2023);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 15 % a 25% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em edital ou em contrato (art. 177, caput, do Decreto nº 81, de 2023).

13.4.1. A definição do valor da multa ou do período de restrição à contratação pública, respeitados os intervalos previstos em contrato, levará em conta a gravidade da infração, circunstâncias agravantes ou atenuantes, peculiaridades do caso concreto e os danos causados à administração.

13.4.2. A multa, será descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal. (art. 177, §1, do Decreto nº 81, de 2023).

13.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 177, §2, do Decreto nº 81, de 2023).

13.4.4. A aplicação de multa não impedirá que a administração promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Nacional nº. 14.133/2021. (art. 177, §3, do Decreto nº 81, de 2023)

13.4.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 183, caput, do Decreto nº 81, de 2023).

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto nº 81, de 2023.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 180 do Decreto nº 81, de 2023):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- f) situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa; e
- g) a conduta praticada e a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. CONCLUSÃO

Declaramos que as informações constantes deste documento foram elaboradas por esta Secretaria de Viação e Obras. Diante de todo o explanado, entende-se devidamente caracterizada a presente contratação, remetendo-se os autos ao órgão competente para elaboração do edital de licitação e abertura da fase externa do procedimento licitatório.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO ALVES NAZARIO JUNIOR

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL



Assinou eletronicamente em 05/07/2024 às 13:35:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 3-
PLANILHA_INSTRUMENTO_DE_MEDICAO_DE_RESULTADO_29_FORNECIMENTO_REV03assinado.
pdf (129.0 KB)

Anexo I - 3

**PLANILHA_INSTRUMENTO_DE_MEDICAO_DE_RESULT
pdf**



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO Nº XX/202X

CONTRATO/ARP:		DATA:	
EMPRESA:		NÚMERO DA NF:	
CNPJ:		VALOR DA NF:	
NÚMERO DO ITEM:		GLOSA:	
NÚMERO DO RELATÓRIO DE FISCAL:		VALOR COM GLOSA:	

INDICADOR 01 - FORNECIMENTO E USO DE EPI's

ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS RELACIONADAS À SEGURANÇA DO TRABALHO, USO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS)
META A CUMPRIR	GARANTIR E MANTER DURANTE TODO O PERÍODO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL, A ADEQUADA QUANTIDADE DE RECURSOS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, FERRAMENTAS, EPIS, ETC. INDEPENDENTE DE SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE
FORMA DE MEDIÇÃO	FISCALIZAÇÃO "IN LOCO"
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO	CONFORME ENTREGA DO PRODUTOS E/OU RECORRÊNCIA
CÁLCULO	CONFORME OCORRÊNCIA REGISTRADA COM TEMPO DE RESPOSTA SUPERIOR À META
INÍCIO DA EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO	DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO/ARP
GLOSAS APLICÁVEIS À RESPECTIVA MEDIÇÃO	ATENDE OU NÃO SE APLICA = 0,00%
SANÇÕES	CONFORME PREVISTO EM CONTRATO/ARP
OBSERVAÇÕES	SE A PENDÊNCIA PERDURE ATÉ OS PRÓXIMOS FORNECIMENTOS, APLICAR-SE-Á A GLOSA DE 5% DO VALOR DA NF, ATÉ QUE SEJA SANADA EM DEFINITIVO.

AVALIAÇÃO

SIMBOLOGIA 1=SIM E 0=NÃO

ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO:

INDICADOR 02 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA SMVO-PMVG			
ITEM		DESCRIÇÃO	
FINALIDADE		MENSURAR O TEMPO DE CIÊNCIA E O COMPROMETIMENTO COM A RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS LEVANTADAS, MESMO QUE A SOLUÇÃO DEFINITIVA SE DÊ EM TEMPO MAIOR ESTABELECIDO PELO SMVO-PMVG, QUE NÃO SERÁ SUPERIOR A 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.	
META A CUMPRIR		A) PARA REGISTRO FORMAL DA CIÊNCIA E ESTABELECIMENTO DO PRAZO DE SOLUÇÃO: A PARTIR DA PRIMEIRO DIA POSTERIOR À SOLICITAÇÃO DA SMVO-PMVG B) PARA SOLUÇÃO DEFINITIVA OU POSICIONAMENTO DO PREPOSTO, SE FOR O CASO: ATÉ A ÚLTIMA HORA DO PRAZO ESTABELECIDO PELA SMVO-PMVG	
FORMA DE MEDIÇÃO		FISCALIZAÇÃO "IN LOCO"	
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO		CONFORME ENTREGA DO PRODUTOS E/OU RECORRÊNCIA	
CÁLCULO		CONFORME OCORRÊNCIA REGISTRADA COM TEMPO DE RESPOSTA SUPERIOR À META	
INÍCIO DA EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO		DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO/ARP	
GLOSAS APLICÁVEIS À RESPECTIVA MEDIÇÃO DO MÊS DA(S) OCORRÊNCIA(S)		ATENDE OU NÃO SE APLICA = 0,00% PARCIAL = 1,00% NÃO ATENDE=2,00%	
SANÇÕES		CASO AS DEMANDAS IDENTIFICADAS NÃO SEJAM RESOLVIDAS DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO, ESTAS SERÃO REITERADAS COM UM NOVO PRAZO DESIGNADO, QUE SERÁ MENOR QUE O INICIAL. SE, MESMO APÓS A REITERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO PELO SMVO-PMVG, A CONTRATADA NÃO TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS DENTRO DO PRAZO, O FISCAL AVALIARÁ OS POSSÍVEIS PREJUÍZOS RESULTANTES. ALÉM DO AJUSTE NO PAGAMENTO, SERÁ INSTAURADO UM PROCESSO ADMINISTRATIVO ADEQUADO PARA INVESTIGAR A FALHA E APLICAR AS SANÇÕES CORRESPONDENTES, SE NECESSÁRIO	
OBSERVAÇÕES		SE A PENDÊNCIA PERDURE ATÉ OS PRÓXIMOS FORNECIMENTOS, APLICAR-SE-Á A GLOSA DE 5% DO VALOR DA NF, ATÉ QUE SEJA SANADA EM DEFINITIVO.	
AVALIAÇÃO			
SIMBOLOGIA 1=SIM E 0=NÃO			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
OBSERVAÇÃO:			

INDICADOR 03 - PRAZO E QUALIDADE			
ITEM		DESCRIÇÃO	
FINALIDADE		ASSEGURAR A EXCELÊNCIA GLOBAL NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/ FORNECIMENTO	
META A CUMPRIR		ENTREGA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS NO PRAZO ESTIPULADO NO CONTRATO/ARP, ATENDIMENTO A QUALIDADE ESPECIFICADA NO CONTRATO/ARP.	
FORMA DE MEDIÇÃO		FISCALIZAÇÃO "IN LOCO"	
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO		CONFORME ENTREGA DO PRODUTOS E/OU RECORRÊNCIA	
CÁLCULO		CONFORME OCORRÊNCIA REGISTRADA COM TEMPO DE RESPOSTA SUPERIOR À META	
INÍCIO DA EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO		DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO/ARP	
GLOSAS APLICÁVEIS À RESPECTIVA MEDIÇÃO DO MÊS DA(S) OCORRÊNCIA(S)		ATENDE OU NÃO SE APLICA = 0,00% PARCIAL = 1,00% NÃO ATENDE=2,00%	
SANÇÕES		CASO AS DEMANDAS IDENTIFICADAS NÃO SEJAM RESOLVIDAS DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO, ESTAS SERÃO REITERADAS COM UM NOVO PRAZO DESIGNADO, QUE SERÁ MENOR QUE O INICIAL. SE, MESMO APÓS A REITERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO PELO SMVO-PMVG, A CONTRATADA NÃO TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS DENTRO DO PRAZO, O FISCAL AVALIARÁ OS POSSÍVEIS PREJUÍZOS RESULTANTES. ALÉM DO AJUSTE NO PAGAMENTO, SERÁ INSTAURADO UM PROCESSO ADMINISTRATIVO ADEQUADO PARA INVESTIGAR A FALHA E APLICAR AS SANÇÕES CORRESPONDENTES, SE NECESSÁRIO	
OBSERVAÇÕES		SE A PENDÊNCIA PERDURE ATÉ OS PRÓXIMOS FORNECIMENTOS, APLICAR-SE-Á A GLOSA DE 5% DO VALOR DA NF, ATÉ QUE SEJA SANADA EM DEFINITIVO.	
AVALIAÇÃO			
SIMBOLOGIA 1=SIM E 0=NÃO			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
OBSERVAÇÃO:			
RESUMO DE PERCENTUAL A SER GLOSADO DA MEDIÇÃO VIGENTE			
ATENDE		0,00%	
PARCIAL		0,00%	
NÃO ATENDE		0,00%	
NÃO SE APLICA		0,00%	
PERCENTUAL A SER GLOSADO DA MEDIÇÃO		0,00%	
<div style="text-align: center; margin-top: 20px;"> <div style="border-top: 1px solid black; width: 100%;"></div> FISCAL </div>			



ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. Este instrumento, anexo ao contrato estabelecido entre o SMVO-PMVG e a Contratada, é um acordo escrito que define os níveis de qualidade esperados para a prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento. Ele inclui os indicadores mínimos de desempenho para avaliar a qualidade esperada na execução do objeto. As seguintes diretrizes serão observadas:

a) Atividades críticas ou de alta relevância que impactam a qualidade dos serviços prestados e os resultados esperados;

b) Fatores sob controle da Contratada que podem influenciar o cumprimento das metas;

c) Indicadores de fácil obtenção, relevantes e adequados à natureza e características do serviço, estabelecidos de forma sistemática, de modo a contribuir para o resultado global do serviço sem interferências negativas mútuas;

d) A previsão de nível de não conformidade dos serviços permitirá o redimensionamento dos pagamentos, a aplicação de penalidades à Contratada e, se necessário, a rescisão unilateral do contrato;

e) Regularidade dos registros, controles e informações que devem ser fornecidos pela Contratada.

1.2. A qualidade dos serviços prestados pela Contratada será avaliada por meio de um sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

1.3. As situações abordadas por este instrumento referem-se a eventos cotidianos da execução do Contrato, sem isentar a Contratada de outras responsabilidades ou sanções previstas.

1.4. O SMVO-PMVG poderá alterar os procedimentos formais e a metodologia de avaliação durante a execução contratual, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior, sem causar prejuízos à Contratada, que será consultada previamente.

2. PROCEDIMENTOS:

2.1. A gestão e a equipe responsável pela fiscalização do contrato serão designadas pelo SMVO-PMVG, permitindo o acompanhamento efetivo da execução dos serviços prestados e a interação, quando necessário, com o representante indicado pela Contratada.

2.2. Caso sejam identificadas irregularidades na execução do objeto, a equipe de Fiscalização do Contrato notificará o representante da Contratada para que a inconformidade seja resolvida ou os devidos esclarecimentos sejam fornecidos.

2.3. A notificação sobre a existência de irregularidades na execução do contrato, dependendo da gravidade da situação ou de sua reincidência, será formal e detalhará o fato, a data e a hora do ocorrido, podendo ser realizada por meio eletrônico (e-mail).

2.3.1. Se a Contratada não fornecer as informações necessárias ou não resolver a irregularidade no prazo estabelecido pela fiscalização, será instaurado o devido processo administrativo, visando às ações pertinentes à aplicação das sanções estabelecidas, se for o caso.

2.3.2. Dependendo da gravidade da inconformidade observada, a fiscalização do SMVO-PMVG poderá instaurar imediatamente o processo mencionado no subitem anterior.

2.4. O SMVO-PMVG informará à Contratada o resultado da avaliação do serviço no período em questão.

2.5. A Contratada, com base nas informações fornecidas pelo Setor de Contratos, emitirá o documento fiscal mensal referente aos serviços prestados, deduzindo do valor devido pelo SMVO-PMVG os descontos relativos à aplicação do Índice de Medição de Resultados (IMR), quando aplicáveis.

2.6. O pagamento à Contratada só será processado se for efetuada a dedução determinada pela aplicação do IMR, se for o caso, e se forem apresentados os demais documentos exigidos no Contrato.

3. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO:

3.1. A execução do objeto pela Contratada será avaliada, conforme o caso, por meio dos indicadores especificados a seguir.

3.1.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à importância do indicador para a qualidade dos serviços.

3.1.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores correspondentes às situações de serviço sem qualidade e serviço com qualidade elevada.

3.2. Pontos de qualidade serão atribuídos aos indicadores, conforme os critérios apresentados nas tabelas a seguir: